

• DIAGRAMA •

CEFET-MG é notícia

ES DE BRAN CAR



**Após ano dramático
para a educação pública,
o que esperar de 2023**

páginas 6 a 9

• BARRAGENS SEGURAS •

Aluno cria controles estatísticos para evitar tragédias como as de Mariana e Brumadinho

páginas 4 e 5

• JABUTI •

Com alusão a Shakespeare, professora vence maior prêmio literário do Brasil

páginas 10 e 11

• REVISÃO •

CEFET-MG cria grupos de trabalho para aprimorar programas curriculares do técnico

página 12

CEFET-MG, perfeito para mim!



Foto: arquivo pessoal

Desde quando comecei meu bacharelado em Administração de Empresas lá em 2014, eu sabia que o CEFET-MG era a universidade perfeita para mim. Além dos professores serem muito dedicados e levarem com muita seriedade nossa formação, o CEFET-MG sempre incentivou muito a união entre academia, indústria e comunidade, e eu acho isso incrível. Lembro-me como se fosse hoje do nosso projeto final da disciplina de empreendedorismo em que tivemos que elaborar planos de negócios para pequenos empreendedores na Serra do Cipó. Todos fomos até lá pessoalmente estudar os negócios daqueles pequenos empreendedores e propor estratégias que poderiam expandir e melhorar ainda mais os negócios deles. Com esse projeto, minha turma e eu não aprendemos apenas sobre como elaborar um plano de negócios, mas, sim, como utilizar todo o conhecimento que adquirimos em sala de aula no mundo real, para ajudar as pessoas ao nosso redor e tornar o mundo um lugar melhor. E é este o grande diferencial do CEFET-MG na minha opinião: a preocupação com a formação de indivíduos que se tornarão pessoas melhores por meio do conhecimento acadêmico adquirido lá. Nem toda instituição de ensino tem essa preocupação e esse é um dos grandes motivos do meu orgulho pelo CEFET-MG.

No CEFET-MG também fiz grandes amigos. Lembro-me quando, ainda durante o bacharelado, saiu o resultado do programa de intercâmbio, e minha amiga e eu tínhamos sido aprovadas. Era quase impossível isso acontecer, mas aconteceu. Ela ainda não tinha visto o

resultado, então eu quis dar a notícia pessoalmente para ela. Nunca vou me esquecer desse momento, a nossa felicidade ao saber que iríamos viver uma experiência tão incrível juntas, graças ao CEFET-MG. E realmente foi um dos melhores momentos das nossas vidas, em que crescemos e evoluímos muito como pessoas. Fora as infinitas memórias jantando no “bandejão”, estudando na Biblioteca e milhares de outros momentos.

Enfim, são infinitas histórias e seria necessário um livro para contar tudo que já vivi no CEFET-MG. Mas uma coisa eu posso afirmar, foram apenas bons momentos. Não poderia ter escolhido outra universidade para ter sido parte tão importante da minha formação e devo muito de quem sou hoje ao CEFET-MG e aos professores que tive ao longo dos meus seis anos de ensino. Hoje, sou mestre em Administração, finalizando meu PhD e carrego comigo cada um desses ensinamentos e experiências que tive ao lado de pessoas tão especiais.

Bárbara Silva

Ex-Aluna de graduação e pós-graduação pelo CEFET-MG-MG. Atualmente, cursa PhD em *Business Management na University of Central*, na Flórida, EUA.

• EXPEDIENTE •

Diretor-Geral
Prof. Flávio Santos

Vice-Diretora
Prof.ª Celeste Costa

**Secretário de
Comunicação Social**
Luiz Eduardo Pacheco

Editor
André Luiz Silva
MTB 15.533/MG

Projeto Gráfico
Brígida Mattos Ornelas

Diagramação
Brígida Mattos Ornelas

Capa
Brígida Mattos Ornelas

Equipe de Jornalismo
Diogo Tognolo
Flávia Dias
Gilberto Todescato Telini
Nívia Rodrigues



Av. Amazonas, 5.253 • Nova Suíça • Belo Horizonte • MG
CEP 30.421-169
Tel. (31) 3319-7004
cjc@cefetmg.br | www.cefetmg.br

6 em cada 10 pessoas que menstruam faltam às aulas por causa da menstruação

Iniciativas do CEFET-MG buscam quebrar tabu sobre o tema e criar rede de apoio para doação de absorventes

• Gilberto Todescato Telini •

De acordo com enquête realizada pela Unicef no Brasil com pessoas que menstruam (gênero feminino e homens trans), 62% afirmaram deixar de comparecer às aulas ou lugares de que gostam por causa da menstruação e 73% sentem constrangimento nesses ambientes durante o período.

Tabus sobre um processo natural que acontece nos corpos biologicamente femininos e a dificuldade de acesso a absorventes por questões financeiras, caracterizada como pobreza menstrual, acenderam um alerta na Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), que incluiu entre suas ações no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 um “Programa de Dignidade Menstrual” no CEFET-MG.

A primeira parte da ação, que se inicia em 2023, é construir um trabalho conjunto com todas as Coordenações de Desenvolvimento Estudantil (CDEs) dos *campi* para debater o tema e fechar o desenho do Programa. Para a diretora da DDE, professora Carolina Riente, o assunto é prioritário, uma vez que a carência de recursos de pessoas que menstruam para comprar absorventes gera uma desigualdade entre estudantes. “As pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade não têm condição de acessar ou permanecer na escola. Elas perdem aulas enquanto menstruam e, com isso, não estamos favorecendo a permanência, mas beneficiando um grupo em detrimento de outro. Estamos negando a essas

pessoas os direitos à educação nos cinco dias em que elas estão menstruando”, pondera.

O “Programa Dignidade Menstrual”, além de ações emergenciais para suprir essa carência, também será formativo e destinado a meninos e meninas. “Precisamos quebrar tabus sobre o tema, então, além da entrega de absorvente, buscaremos uma dimensão educativa, voltada inclusive para quem não menstrua, para desmistificar e naturalizar esse processo”, finaliza.

Em ação

Uma conversa que alunas do *campus* Varginha ouviram no banheiro feminino sobre as dificuldades de acesso a absorventes motivou a ideia de inserir duas caixas colaborativas com o acessório nos banheiros do prédio estudantil. A iniciativa de Gabriela Silva e Isabelly Flora, do curso técnico em Edificações, começou em abril deste ano e está em plena expansão. “Pretendemos levar as caixas colaborativas para o restante dos banheiros do *campus*, tanto do prédio administrativo, quanto dos laboratórios, contando, inclusive, com os banheiros masculinos, para os meninos trans também poderem acessar os absorventes”, detalha Isabelly.

A ideia foi recebida e apoiada com entusiasmo pela professora Erika Kress, que percebeu a importância do gesto. “A criação da caixa colaborativa de absorventes, presente em várias

outras instituições do país, visa, em especial, aumentar o vínculo entre as mulheres, dar mais condições para o comprometimento e o engajamento nas atividades escolares, diminuir a evasão escolar, trazer notoriedade à pauta feminista e de saúde pública, diminuir os casos de constrangimento dentro do *campus* devido à vulnerabilidade social que atravessa o país e ampliar a empatia e a consciência coletiva”, completa.



Em Varginha, grupo de alunas inseriu caixas colaborativas com absorventes nos banheiros estudantis

Barrando tragédias

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas contribui para o monitoramento de barragens por meio de controles estatísticos

Atualmente há 75 barragens de dejetos da mineração em situação de alerta ou emergência no Brasil, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM). Os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) colocaram o país de sobreaviso quanto ao risco de novas tragédias. Nesse contexto, pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, no *campus* Araxá, aprimorou o controle de barragens por meio de dados estatísticos.

Barragens são estruturas usadas para acúmulo de rejeitos, que podem ser líquidos ou líquidos misturados com sólidos, gerados no processo de beneficiamento do material extraído das minas, podendo ser construídas com aterro ou com os próprios rejeitos. O monitoramento e a inspeção desses depósitos, que podem operar por décadas, são imprescindíveis para a proteção das áreas em que estão instalados, devido ao volume e à toxicidade dos rejeitos. De acordo com a ANM, são 924 barragens cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM), sendo que 465 são acompanhadas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), do Governo Federal. Elas podem ter mais de 15 metros de altura e capacidade superior a três milhões de metros cúbicos.

Entre os métodos de acompanhamento de segurança, está a auscultação rotineira dessas estruturas. “Para compreender o complexo desempenho e comportamento das barragens, a supervisão deve integrar as tecnologias de monitoramento, instrumentação automatizada, plataforma amigável e intuitiva para visualização de resultados e a implantação de controles operacionais determinísticos e estatísticos”, afirma o pesquisador João Antônio Soares em sua dissertação.

O pesquisador, durante o mestrado, elaborou um estudo sobre controles operacionais estatísticos que acompanham a identificação de padrões, de movimentações sazonais e de mudança preocupantes no comportamento das barragens. Nível de água do reservatório, volume de chuvas, vazão da drenagem, entre outros indicadores, geram dados que foram analisados por meio de modelos de Regressão Linear Múltipla (RLM), que é uma das técnicas mais utilizadas para acompanhar a relação linear entre variáveis.

Após a criação dos modelos, foi possível caracterizar cenários, como sazonalidades, e mesmo anomalias, como a infiltração de água de chuva. Os estudos apontaram que entre os 25 indicadores, a RLM se mostrou satisfatória para 16 deles, com capacidade de predição de até 97%. “Após a conclusão da pesquisa, certificou-se que a utilização de Regressão Linear Múltipla aplicada para controles operacionais estatísticos de segurança de barragens está em linha com as melhores práticas de monitoramento de barragens”. João Antônio avalia a evolução da área em dois períodos: em 1950, com o avanço do setor hidroelétrico e a implantação de barragens de grande porte; e 2015, com a difusão da instrumentação automatizada no mundo.

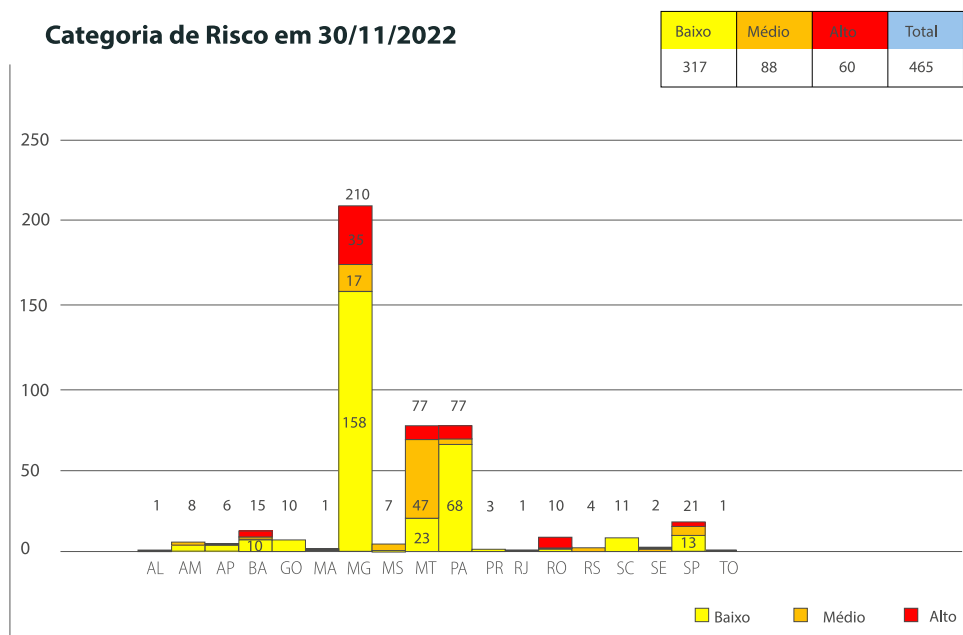
A pesquisa “Segurança de barragens a partir de controles operacionais estatísticos” foi orientada pelo professor Thiago Bomjardim Porto, demonstrou o potencial de aprimoramento das condições de segurança de barragens a partir da implantação de controles operacionais estatísticos sob a perspectiva do modo de falha.

É de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração:

- cadastrar e classificar as barragens, de acordo com os riscos referentes à sua operação e a sua capacidade de causar danos ambientais e socioeconômicos;
- fiscalizar a gestão da segurança das barragens de mineração em todo o país;
- elaborar normas relativas à segurança desse tipo de estruturas;
- assegurar que os empreendedores que possuam barragens de mineração cumpram rigorosamente a legislação federal de segurança e suas normas complementares.

Fonte: Site ANM

Distribuição das barragens inseridas na PNSB por Estado



Fonte: Boletim da ANM | Dados de novembro de 2022

Perspectivas para educação em 2023

Para especialistas do CEFET-MG, reconstrução da educação pública brasileira passa por retomada dos investimentos, discussão com os setores sociais e estabilidade política

Impactos da pandemia sobre a aprendizagem, aumento da evasão escolar, saúde mental de grande parte dos estudantes comprometida e cortes e bloqueios orçamentários por parte do Governo Federal. Estes são alguns desafios que Luís Inácio Lula da Silva (PT) vai enfrentar em relação à educação a partir do próximo ano, quando assumir a Presidência do Brasil. Diante desse cenário, especialistas do CEFET-MG delinearam os obstáculos e as perspectivas para a pasta.

Raphael Freitas, doutor em História Social, acredita ser fundamental a retomada dos investimentos em educação pública, gratuita e de qualidade. “Para isso, é preciso que o novo ministro volte a tratar a educação como investimento público, e não como gasto, como vem sendo feito nos últimos anos”, argumenta. Ideia compartilhada pelo professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia (DCSF) Bráulio Chaves. Para ele, a crise apenas será estancada com um projeto nacional de compromisso com a educação pública de qualidade, que inclua uma política consistente de investimentos nos vários níveis de ensino, além da abertura de uma ampla discussão com os diversos setores envolvidos com a educação.

Bráulio entende que o exemplo mais contundente desse projeto de fragilização da educação é a Reforma do Ensino Médio ou, como ele diz, “contrarreforma”. “Com o pretexto de uma fantasiosa modernização, de uma suposta autonomia precoce de adolescentes para definir percursos formativos e da implementação de uma flexibilização curricular, enfraquece o ensino, retirando as poucas possibilidades da população pobre de acesso à educação de qualidade”, destaca. Para o professor Raphael, essa questão também é um dos grandes desafios para garantir o protagonismo do Ministério. “Lidar com essa pressão atual de mercantilização da educação, no contexto da reforma do Novo Ensino Médio, será um grande desafio que virá pela frente. Afinal, o Brasil tem alguns dos maiores conglomerados de educação do planeta”, destaca.

O futuro ministro da Educação, para o professor Bráulio, encontrará um cenário muito complicado, de desmonte, do ensino básico à pós-graduação. “São diversos programas descontinuados, problemas de subfinanciamento, ausência de organicidade em torno das ações e diretrizes nacionais. Eu não tenho dúvida que não é algo aleatório, casual. Tais fatos fazem parte de um projeto”, explica. Para ele, esse outro projeto é coeso na sua forma de atuação. “Por mais contraditório que pareça, ele se pauta na desordem, no depauperamento e no esvaziamento de uma educação de qualidade. Como consequência, aumenta o fosso da desigualdade, despolitiza pela via da inanição de investimentos, fazendo das iniciativas em torno de uma educação crítica e de excelência um objeto a ser perseguido, detratado e negado”, completa.

Hora de “esperançar”

A professora Maria Adélia da Costa, doutora em Educação, cita a frase do antropólogo, historiador, sociólogo, escritor e político brasileiro Darcy Ribeiro dita nos anos 90 para explicar o momento da educação brasileira: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. “Historicamente, a educação pública brasileira viveu à margem de um projeto político e socioeducacional de centralidade. O sucateamento das escolas públicas e a precariedade do trabalho docente sempre estiverem nas pautas de luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Entretanto, o que vivenciamos nos últimos quatro anos foi o desmonte das universidades e centros de pesquisas, e a barbárie do enfraquecimento político-social das instituições de ensino, sobretudo das escolas de educação básica”, ressalta.

Para o professor Raphael, será necessário “desaparelhar o Ministério de pessoas sem vínculos com a educação de qualidade, dando autonomia para os funcionários de carreira, que representaram uma verdadeira trincheira de resistência nesses últimos anos”. Junto a isso, Bráulio acredita que deva ser estimulada a ampliação da participação popular e a articulação com os diversos campos científicos e suas associações, “muitos deles que resistiram nesses últimos anos aos ataques mantendo grupos de trabalho e fóruns de discussão sobre a relação entre a produção científica e tecnológica e a educação”.

De acordo com a professora Maria Adélia, é preciso incentivar pesquisas para compreender melhor o cenário que se desenha pós-pandemia agregado a um governo que sucateou a educação e investir no tripé ensino, pesquisa e extensão. “É preciso um macroprojeto político para que as ações possam ser direcionadas ao público e locais mais precarizados. Os atrasos não são apenas de ordem pedagógica, mas englobam investimentos em programas de expansão das universidades e escolas de educação básica, vagas para concurso de docentes e técnicos administrativos, investimento em espaço físico, compra de equipamentos modernos para laboratórios, formação continuada de professores e gestores etc.”, afirma. “Parafrazeando nosso eterno Paulo Freire, o maior desafio do MEC é fazer os profissionais da educação ‘esperançar’ novamente”.

Pós-Graduação: verba e estabilidade

Em 1º de dezembro, o Ministério da Economia realizou novo bloqueio orçamentário (o quarto só em 2022), que atingiu diretamente as universidades, CEFETs e institutos federais. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) estima que, apenas nas universidades federais, foram R\$ 344 milhões em recursos bloqueados.

Os impactos começaram a ser sentidos em diversas áreas, como no pagamento de serviços terceirizados e na assistência estudantil. Para os pós-graduandos, situação também dramática: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou, inicialmente, que não conseguiria pagar seus mais de 200 mil bolsistas.

Ainda que parte dos valores tenha sido restituída, o cenário é de incerteza. Segundo o diretor de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET-MG, professor Conrado Rodrigues, a situação recente é complexa, porque não envolve apenas a escassez de recursos. “A gente sofre e tem sofrido nos últimos anos com uma carência enorme de planejamento”, afirma. “Não temos uma diretriz nacional a respeito da pesquisa”. Essa falta de planejamento dificulta os esforços das instituições e pesquisadores, que necessitam, de acordo com Conrado, de estabilidade. “A pesquisa é um esforço de médio e longo prazo. Se você tem interrupções nos programas e no financiamento, você inviabiliza estas ações”, explica.

No CEFET-MG, os cortes na educação vêm sendo sentidos desde 2015. “Já tivemos momentos entre 2015 e 2016 em que as bolsas da Capes foram recolhidas do sistema, então não podíamos destinar cotas de bolsas de mestrado e doutorado para alunos que já estavam matriculados”, detalha. “Em 2018, tivemos o recolhimento das bolsas de pós-doutorado, o que traz um impacto tremendo na fixação de recém-doutores nas nossas instituições”. Além disso, a menor oferta de editais por agências de fomento restringiu o potencial dos pesquisadores da Instituição.

Para 2023, Conrado Rodrigues elenca alguns dos desafios a serem enfrentados, com destaque para a recomposição do orçamento. Ele lembra que já há uma luta para isso no Congresso Nacional, encabeçada por associações científicas, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Forprop). Além do orçamento das universidades, Conrado aponta para a estabilidade das agências federais de fomento, como a Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). “O que a gente precisa para essas grandes agências é uma perspectiva de estabilidade: ter mais recursos e ter mais segurança quanto ao uso deles ao longo do ano, para que elas possam lançar editais já bem coordenados, com uma ideia de plano nacional”, afirma. “O que é relevante no primeiro ano de governo, quais as ações prioritárias para a pesquisa? E a partir deles, quais seriam os editais para o final do primeiro ano, para o segundo ano de governo?”

Outro ponto essencial, segundo Conrado, é aprimorar o contato entre os pesquisadores e a sociedade, para que a pesquisa possa ajudar na resolução das demandas do país. “Para isso, precisa ser feito um grande esforço de desburocratização e de comunicação científica dentro do ecossistema de inovação”, opina.

Por fim, o diretor lembra que a pesquisa e a pós-graduação são responsáveis por formar os recursos humanos mais capacitados do país e o aumento no número de mestres e doutores é essencial para o crescimento do Brasil. “A capacitação em nível superior é essencial para que o país consiga propor modos mais interessantes de se desenvolver. Caso contrário, vamos estar fadados a ser uma nação incompleta do ponto de vista do nosso potencial”, conclui.



foto: CPRES

Povo-Fala



Penso que o ano de 2022 foi desafiador para quem trabalha com educação, pois foi o ano da retomada ao “novo normal”, como se convencionou chamar. A pandemia da covid-19 deixou muitas marcas e ainda estamos aprendendo a lidar com muita coisa. Apesar disso, estou confiante que em 2023 teremos mais investimentos na educação e na ciência. Vejo como desafios a necessidade de resolver a questão da evasão escolar, ainda em decorrência da pandemia, e o reajuste dos salários dos servidores.

Webert Araújo – Bibliotecário (Contagem)

Não apenas em 2023, mas em todo o novo governo e nos próximos acredito na reconstrução e fortalecimento da educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais.

Sâmara França – Doutoranda em Engenharia Civil (Belo Horizonte)



Acredito que será uma nova oportunidade de crescimento para o país, se o governo que entrar, fizer melhorias para a educação, valorizando os professores e demais profissionais, oferecendo melhores condições de trabalho e renda, e o principal, estimulando o estudante a procurar e se manter em escolas, fazendo sua formação profissional.

Bruno Gonçalves, Estudante de Engenharia Civil (Curvelo)

Penso que podemos encarar os desafios que virão em 2023 com esperança, afinal de contas, a esperança faz parte do caráter de quem trabalha com pesquisa e pós-graduação. Diante de cada esforço, esperamos obter um bom resultado, uma boa publicação e a formação de um bom aluno. Com apoio e recurso, conseguiremos consolidar o que já temos e avançar um pouco mais no ano que virá.

Rodrigo Cardoso – Professor do Departamento de Matemática (Belo Horizonte)



Professora do CEFET-MG recebe o maior prêmio da Literatura Brasileira

Ana Elisa Ribeiro, segunda vez indicada ao Jabuti, conquistou a estatueta de melhor livro de Literatura Juvenil por “Romietta & Julieu – Tecnotragédia Amorosa”

• Gilberto Todescato Telini •

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) anunciou, durante cerimônia no Theatro Municipal de São Paulo, no dia 24 de novembro, os vencedores da 64ª edição do Prêmio Jabuti, maior reconhecimento da literatura nacional. Entre os 4.290 trabalhos inscritos em 2022, divididos em 20 categorias, a obra “Romietta & Julieu – Tecnotragédia Amorosa”, da professora do Departamento de Linguagem e Tecnologia (Deltec) do CEFET-MG Ana Elisa Ribeiro conquistou a estatueta de melhor livro de Literatura Juvenil.

Publicado pela editora mineira RHJ, com *design* assinado pelos irmãos Marconi e Marcelo Drummond, “Romietta & Julieu” faz uma alusão à

famosa história de Shakespeare, especialmente sobre um detalhe: a falha de comunicação, uma mensagem que não chegou e que separou o casal apaixonado para sempre. Com uma linguagem contemporânea e própria dos meios digitais, o livro se conecta à nova geração de leitores e foi aprovado, inclusive, para o Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do MEC.

O **Diagrama** falou com a professora Ana Elisa, que contou um pouco da paixão pelas palavras e pela leitura, passando pelas dificuldades do ofício da escrita e dos significados do prêmio e do CEFET-MG nesse momento.

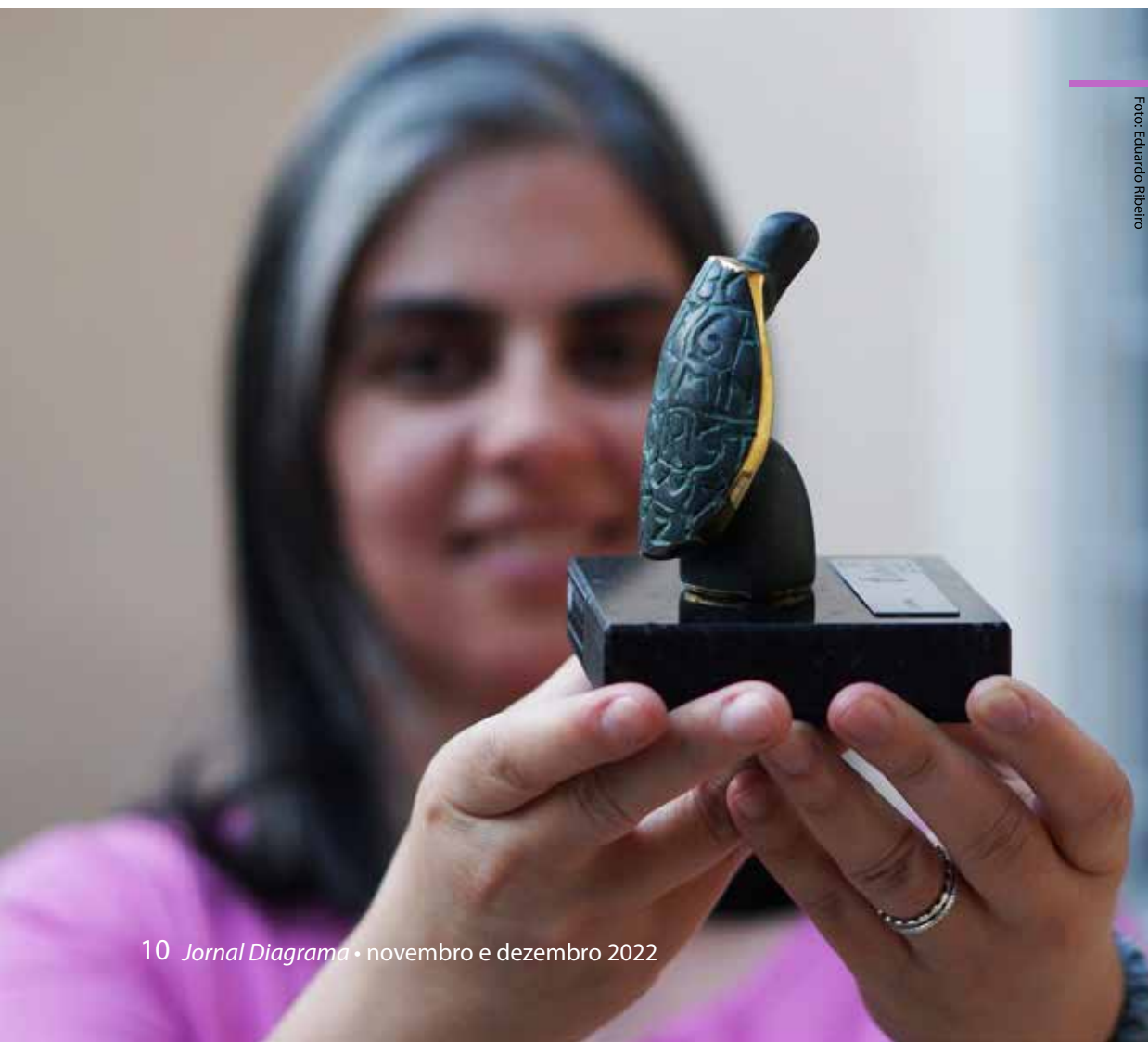


Foto: Eduardo Ribeiro

“Receber o Jabuti é uma alegria imensa, uma honra grande, resultado não linear nem garantido de um esforço enorme que venho fazendo por mais da metade da minha vida”
Ana Elisa Ribeiro

Estudante do Posling é indicado ao Jabuti e conquista prêmio CCXP

Um pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) vai para o *front*, mas não consegue se adequar à situação; uma pessoa que não se encaixa na “normalidade” é internada em um hospital psiquiátrico; uma mulher do interior de Minas com uma jornada dupla de trabalho. “Essas histórias possuem mais coisas em comum do que se pode esperar e, dentre elas, uma relação de fuga como resistência.”

É dessa forma que o estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Posling) do CEFET-MG Gabriel Nascimento resume a História em Quadrinhos (HQ) “A menor distância entre dois pontos é uma fuga”, finalista do Prêmio Jabuti na categoria HQ e vencedora do CCXP, maior evento de cultura pop do Brasil, na categoria “Melhor roteirista”.

Produzida em parceria com João Belo, a obra foi a única, entre as cinco finalistas do Jabuti, a ser produzida de forma independente, ou seja, sem editora. De acordo com Gabriel, o cenário dos quadrinhos enfrenta diversos desafios, como a percepção do gênero restrito apenas ao universo juvenil e infantil, a carência de políticas públicas destinadas à produção e incentivo à leitura de quadrinhos e o mercado editorial restrito, que ainda luta para se consolidar.

Gabriel Nascimento não é estreante nas premiações: já foi destaque na categoria editorial da Bienal da Associação do Design Gráfico (ADG), com o livro “Maria e João”, e a “Fantástica gráfica do companheiro Matias”

foi premiada no *Type Directors Club* (TDC 65). Mesmo assim, não esperava figurar entre os finalistas do Jabuti e, paralelamente, levar o prêmio na CCXP. “Inscrevi o livro na expectativa de aparecer em alguma lista final (e que isso trouxesse vendas), mas ganhar estava fora do horizonte, ainda mais como roteirista fazendo um quadrinho sem texto”, relata.



ENTREVISTA

Diagrama: Quando e como surgiu seu interesse pela escrita?

Ana Elisa: Não me conheço de outro jeito. O interesse por ler me aconteceu desde bem criança. Eu simplesmente gostava de ouvir pessoas lendo histórias, gostava das narrativas, gostava do som que tinham os poemas, as rimas, as palavras, gostava de olhar livros, achava isso prazeroso. Gostava de palavra, de me surpreender com elas, de saber sentidos novos. Foi assim por toda a vida e eu, a certa altura, levei isso a sério, descobri que existia um caminho, tortuoso, mas estava lá.

Diagrama: Quais os desafios de se escrever e de se publicar no Brasil?

AE: Em qualquer parte do mundo isso é difícil. Ser escritor ou escritora profissional, isto é, viver disso é quase impossível. No Brasil, temos ainda muito chão para transformar as pessoas em leitoras contumazes, consumidoras de livros, não apenas porque temos questões a resolver na educação, mas principalmente porque essas questões também são sociais e econômicas. Somos ainda imaturos, é difícil formar leitores, mas também o é recrutar escritores. Escrever exige tempo. E tempo é um artigo escasso. Conseguir tempo contínuo para escrever cem, duzentas páginas, com coerência e inventividade, é uma batalha enorme. Depois, outra batalha para que isso seja valorizado, lido, levado a sério, publicado, distribuído.

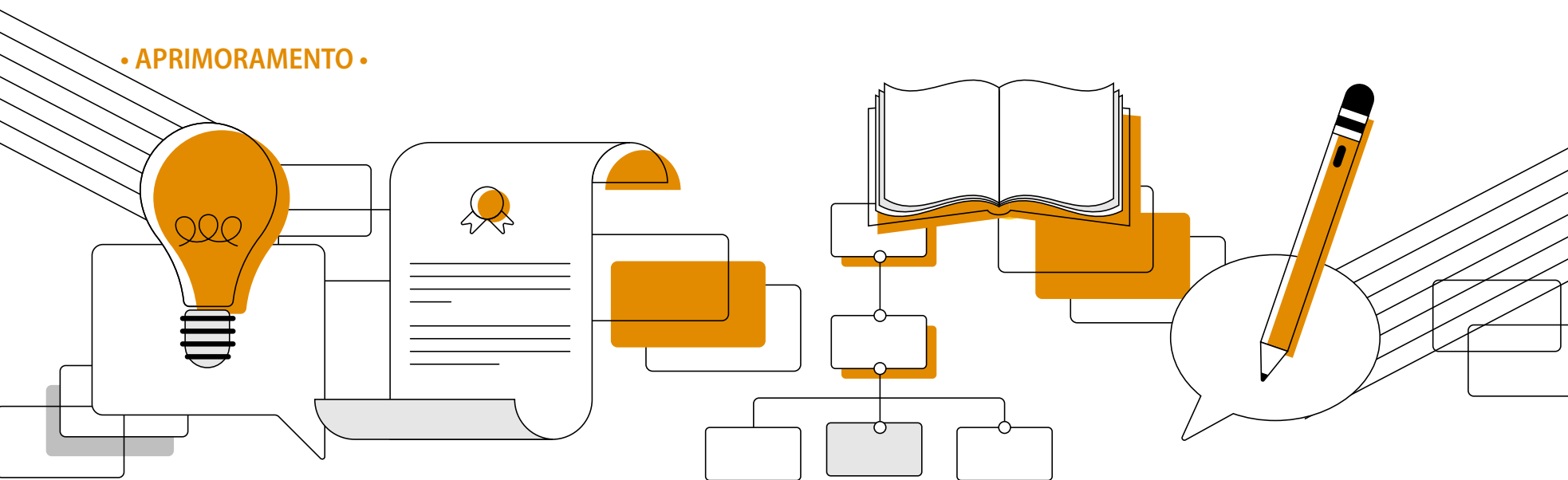
Diagrama: O que esse prêmio representa para você?

AE: Uma alegria imensa, uma honra grande, resultado não linear nem garantido de um esforço enorme que venho fazendo por mais da metade da minha vida. Só que não para aqui. Preciso continuar fazendo, sem adoecer, sem desistir, sem ceder a tudo o que vem na contramão. E não apenas com os olhos em premiações (embora elas sejam bem-vindas, claro), mas com o sentido da paixão que isso geralmente significa para quem faz.

Diagrama: De que forma o CEFET-MG contribui, ou contribuiu, para a formação da escritora Ana Elisa?

AE: O CEFET-MG valoriza a formação dos servidores, incentiva que estudemos, que nos aperfeiçoemos. Quando cheguei a casa, eu já era escritora fazia tempo, já tinha vários livros publicados etc. Aqui conheci algumas pessoas, em especial depois da existência do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Posling), com as quais fiz parcerias ótimas que geraram livros, tanto técnicos quanto literários. Eu nunca tive uma professora escritora quando estive no ensino médio! Teria sido fantástico, principalmente porque isso sempre me encantou. Acho que coisas assim precisam ser sempre valorizadas e respeitadas. À medida que fazemos coisas legais que são reconhecidas socialmente, trocamos valor com a Instituição. O CEFET-MG tem valorizado esse reconhecimento.

• APRIMORAMENTO •



Programas curriculares dos cursos técnicos serão revisados em 2023

Mudanças são necessárias em razão dos diversos dispositivos legais aprovados desde 2016, que remodelam as políticas públicas educacionais brasileiras

• André Luiz Silva •

Desde 2016, muitas leis, diretrizes, resoluções, pareceres e outros documentos normativos foram publicados, impactando diretamente na educação básica brasileira e, conseqüentemente, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertada pelo CEFET-MG. Com isso, o Conselho de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) aprovou uma deliberação visando à revisão curricular dos cursos técnicos da Instituição.

De acordo com o diretor de Educação Profissional e Tecnológica do CEFET-MG, professor Sérgio Gomide, a revisão curricular é um importante passo para o aprimoramento e fortalecimento do ensino médio integrado ofertado pela Instituição. “Em um contexto de grandes mudanças na educação básica brasileira, os rumos que as diretrizes sinalizam são uma valiosa oportunidade para emprendermos ações pedagogicamente eficazes, mesmo diante de desafios que, como sabemos, tendem a comprometer importantes pilares da EPTNM, a exemplo do que ocorre com a BNCC [Base Nacional Comum Curricular]. Isso porque as diretrizes indutoras da revisão curricular estão fortemente alinhadas a políticas e documentos institucionais de referência, como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A expectativa é de um trabalho que, além de crítico e reflexivo, possa ser também propositivo e consistente”, afirma Gomide.

Passo a passo

A fim de dar andamento à revisão curricular dos cursos técnicos, a Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (Dept) definiu um cronograma de atividades, que terá início em fevereiro, indo até maio do próximo ano, quando haverá um evento de apresentação dos resultados a toda comunidade acadêmica. Para isso, foram definidos grupos de trabalhos que serão responsáveis por revisar os programas curriculares das disciplinas de formação geral (Língua Portuguesa, Matemática, Biologia etc.) e da formação técnica (Informática, Meio Ambiente, Química etc.). Ao todo, 69 docentes, de todos os *campi*, foram designados para compor os grupos de trabalho.



[Leia a Deliberação CEPT nº 14/2022](#) e conheça os documentos normativos que embasam a revisão curricular e as diretrizes propostas.